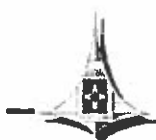


*Pedido de Licitação de Ônibus Edital 001/2011*



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.**

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios  
SERPET

04/10/2013

13:45:32

**27978**



**URGENTE**

**DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Procurador infra-assinado, regularmente constituído por força de lei, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no art. §1º do artigo 12 da Lei 7.347/85, formular o presente

**PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR,**

provimento jurisdicional este proferido nos autos da Ação Civil Pública n.º **2013.01.1.137964-2**, requerida pela **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA - ABRADec** perante a 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, que determinou a suspensão de **três contratos administrativos** de concessão de serviços de transporte público coletivo, os quais foram assinados após regular tramitação do procedimento licitatório deflagrado pelo Edital de Concorrência Pública nº 01/2011-ST e cujo objeto é a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.



# **1. SÍNTESE DOS FATOS QUE CULMINARAM NA DECISÃO ORA IMPUGNADA**

A ABRADDEC ajuizou Ação Civil Pública em desfavor do Distrito Federal, por meio da qual apontaram irregularidades no processo licitatório Concorrência nº 01/2011. Licitação esta que tinha por objetivo a contratação de concessionários do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal.

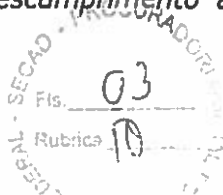
Para embasar o seu pleito, juntaram diversas reportagens de jornal e concluíram afirmando que a competitividade e a moralidade públicas foram violadas.

Segundo ela, tais violações advieram, dentre outras alegações, do fato de o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, quando da prestação de consultoria jurídica à Comissão Licitante, supostamente ter favorecido as empresas Viação Marechal, Viação Piracicabana e Viação Pioneira, vencedoras dos lotes 4, 1 e 2, respectivamente.

Além disso, fundamentou o seu pedido também sob o argumento de que supostamente teria havido formação de Grupo Econômico entre as empresas Viação Pioneira e Viação Piracicabana, o que seria vedado pelo Edital em comento.

Acolhendo os argumentos das autoras, o Eminentíssimo Juízo da 2ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal antecipou os efeitos da tutela nos seguintes termos:

*"Por essas razões, com fundamento no art. 12 da Lei nº 7.347/85 e, por visualizar a presença da relevância dos fundamentos do pedido, bem como do perigo da demora, defiro a liminar vindicada a fim de **suspender a execução dos contratos firmados pelo réu, submetidos aos termos do Edital de Licitação de Concorrência Pública nº 001/2011 – ST, nos moldes dos itens "a" e "c" do pedido (fls. 46-47), ressaltando que o réu e seus prepostos incorrerão em multa pecuniária (art. 461, §§4 e 5º, do CPC) no montante diário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o caso de descumprimento ao preceito, sem***



*prejuízo das cominações para o caso de desobediência, prevaricação, ou improbidade – artigos 4º e 11, inc. II, da Lei nº 8429/92 – ou crime de responsabilidade – art. 4º c/c artigos 12 e 74 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.” (negritos nossos).*

Como se vê, em flagrante lesão à ordem pública, administrativa e econômica, a decisão supra determinou a suspensão dos contratos administrativos de concessão **já em fase de execução**.

É justamente em face dessa decisão que ora se suplica a **imediata intervenção** dessa Egrégia Presidência do Colendo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, uma vez que, além de **flagrante ilegitimidade**, a decisão cujos efeitos ora se pede a suspensão, acaso cumprida, poderá causar **grave lesão à ordem pública administrativa e econômica**.

## **2. DO CABIMENTO E DA COMPETÊNCIA DA SUSPENSÃO DE LIMINAR**

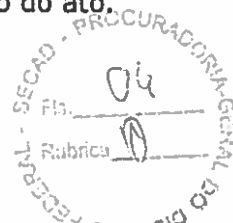
Consoante disciplina o §1º do art. 12 da Lei Federal nº 7.347/85<sup>1</sup>, o Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso poderá suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar concedida em ações propostas contra o Poder Público, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

Na hipótese concreta, a decisão interlocutória que pode causar grave lesão à ordem pública, administrativa e econômica foi proferida pelo magistrado da 2ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, órgão jurisdicional vinculado a

---

<sup>1</sup> Art. 12. [...]

§ 1º A requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para uma das turmas julgadoras, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da publicação do ato.



este Colendo Tribunal, razão pela qual não resta dúvida acerca do cabimento e da competência dessa Eminente Presidência para processar e julgar o presente pedido.

**3. DAS RAZÕES PARA O IMEDIATO DEFERIMENTO DO PEDIDO E, CONSEQUENTEMENTE, SUBTRAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO IMPUGNADA.**

Nobre Julgador, como dito acima, o caso requer a imediata e enérgica intervenção dessa Egrégia Presidência, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo de primeira instância, se cumprida pelo Distrito Federal, trará **grave lesão à ordem econômica, social e à administrativa**, além de consubstanciar-se em um pronunciamento judicial dotado de **flagrante ilegitimidade**.

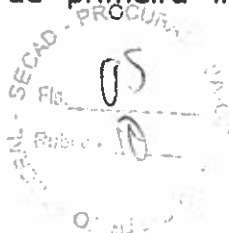
Expliquemos melhor:

**3.1 DA FLAGRANTE ILEGITIMIDADE DA TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA: ausência de fundamentação.**

Excelência, a decisão cuja suspensão ora se requer afigura-se dotada de flagrante **ilegitimidade!** E a ilegitimidade, nos termos do §1 do art. 12 da Lei Federal nº 7.347/85, é um dos requisitos cumulativos que devem ser observados para a concessão do pedido de suspensão de segurança.

Afirma-se isso, pois, conforme de vê da cópia parcial dos autos judiciais da Ação Civil Pública nº 2013.01.1.137964-2 (**anexo 1**), a decisão do magistrado de primeira instância teve o condão de, em suma: (i) **suspender** os contratos administrativos celebrados entre o Distrito Federal e as empresas Viação Piracicabana Ltda., Viação Marechal Ltda. e Viação Pioneira, mas olvida-se o Nobre Magistrado de fundamentar o seu *decisum*.

Com efeito, basta uma rápida leitura na decisão interlocutória aqui impugnada para se perceber que o magistrado de primeira instância não



apresentou as razões de decidir, limitando-se a narrar os fatos que foram alegados na exordial e, logo em seguida, concluindo com a parte dispositiva.

Na decisão aqui impugnada, não há uma única linha sequer em que o jurisdicionado possa verificar quais foram as razões que levaram o Nobre Magistrado a decidir. Tal conduta, no dizer de Cândido Rangel Dinamarco, fere o escopo social da jurisdição, uma vez que obsta o conhecimento dos cidadãos e, sobretudo, das partes acerca do desempenho da atividade jurisdicional.

Ademais, longe de se configurar em mero capricho deste subscrevente, a fundamentação das decisões decorre de expressa determinação Constitucional, tal como se verifica no inciso IX do artigo 93 da Constituição da República, *in verbis*:

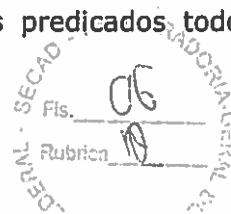
*Art. 93 [...]*

*IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, **sob pena de nulidade**, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (negritos nossos)*

Veja, Eminente Presidente, que o próprio texto constitucional é claro ao dispor que é **nula** a decisão judicial quando for proferida sem a sua devida fundamentação, tal como ocorreu no pronunciamento jurisdicional aqui impugnado.

Tal conduta não pode ser tolerada por essa Egrégia Presidência, pois resta evidente que falece de legitimidade tal pronunciamento judicial, já que é inadmissível que um ato jurisdicional, fundado em cognição sumária, diga-se, **sem qualquer fundamentação** tenha força cogente suficiente para **retirar a eficácia de um ato jurídico perfeito**: o procedimento licitatório.

Ademais, todo o procedimento licitatório foi submetido à mais **ampla publicidade** das licitantes e da sociedade, tendo sido assegurado a todas as licitantes a mais ampla de defesa e o contraditório. E, com esses predicados todos, a licitação



chegou ao final. E agora, com o "jogo jogado", com **esteio apenas em ilações e deduções**, e mesmo sem a indicação concreta de qualquer ato de favorecimento ou de ato ilegal na condução da licitação, mediante cognição sumária, manda-se suspender praticamente tudo. Obviamente, tal decisão encontra-se dotada de teratologia manifesta.

Nessa perspectiva, **ao fazer letra morta do dever constitucional de fundamentar suas decisões** (art. 93, IX, CRFB), a decisão proferida pelo Juízo processante da Ação Civil Pública em comento encontra-se eivada de **flagrante ilegitimidade**, vício este insanável, devendo, assim, o presente pedido ser acolhido a fim de que sejam suspensos os efeitos da decisão citada.

Mas há mais.

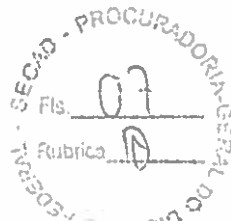
### **3.2 DO MANIFESTO INTERESSE PÚBLICO NO CASO EM APREÇO**

A ilegitimidade da decisão tratada no tópico anterior, oportunidade em que se demonstrou de forma inequívoca que o pronunciamento judicial aqui impugnado há de ser considerado manifestamente ilegítimo, haja vista ter claramente violado o ato jurídico perfeito.

Tal circunstância já dispensaria qualquer menção ao requisito do manifesto interesse público no caso. Todavia, por excesso de zelo, não custa demonstrar que a decisão aqui hostilizada repercute de forma manifesta no interesse público.

É que, como é público e notório, a população do Distrito Federal, sobretudo aquela parcela que se vale do serviço de transporte público coletivo para sua locomoção, sofre diuturna e diariamente com a péssima prestação do serviço que é desempenhada pelos atuais operadores do sistema, os quais se encontram-se nessa situação há mais de 50 (cinquenta) anos.

Em face dessa caótica situação, o Distrito Federal, por meio de seus governantes, cumprindo, inclusive, determinação judicial, houve por bem modificar radicalmente o sistema, deflagrando procedimento licitatório com o



objetivo de contratar novos delegatários do serviço de transporte público coletivo.

Muitas foram as barreiras vivenciadas, incontáveis foram os questionamentos na via administrativa e na via judicial, mas, enfim, logrou-se êxito em conseguir o encerramento do certame e a população distrital passou a ficar na expectativa de poder usufruir do serviço de transporte coletivo de qualidade, por meio de frota de ônibus 0km.

Estima-se que quase **dois milhões de pessoas** utilizam-se diariamente do sistema de transporte coletivo do Distrito Federal.

Ocorre que a decisão ora objeto de pedido de suspensão olvidou-se de tão importante peculiaridade e houve por bem contrariar o interesse público caracterizado pelo direito da população de ter acesso a transporte público de qualidade.

Ante tais circunstâncias, Excelência, é inegável que a decisão ora hostilizada atinge diretamente o **interesse público primário**, consubstanciado no direito de ir e vir de milhões de pessoas.

Nessa perspectiva, não há como se negar que há, no caso em apreço, manifesto interesse público no deferimento do pedido de suspensão de segurança, restando preenchido também o requisito em tela.

### **3.3 DA GRAVE LESÃO À ORDEM PÚBLICA ADMINISTRATIVA**

Não obstante tais substanciosos argumentos sejam bastantes em si para que seja determinada a suspensão dos efeitos da decisão impugnada, cumpre demonstrar as graves lesões que o seu cumprimento poderá acarretar. Começemos pela **grave lesão à ordem pública administrativa**.

A decisão ora impugnada, como visto, suspendeu a execução dos contratos de concessão celebrados com as empresas Auto Viação Marechal Ltda., com a Viação Piracicabana Ltda. e com a Viação Pioneira, **sem qualquer fundamentação**.



Ocorre que, embora não esteja expresso na decisão, os **seus efeitos terminarão por acarretar a suspensão de todo o procedimento de implementação do novo sistema.**

Explica-se: o modelo de delegação de serviço que está foi inaugurado pelo novel certame é diverso do que estava sendo utilizado até então. A delegação do serviço atualmente em vigor divide o Distrito Federal em **linhas**, nas quais são delegadas às empresas a execução do transporte de um ponto de início até um ponto final, ao passo que no novo sistema o Distrito Federal é geograficamente dividido em **cinco bacias ou lotes.**

Conforme de vê da decisão hostilizada (**anexo 1**), a determinação de refazimento do procedimento licitatório voltou-se às bacias 1, 4 e 2. Todavia, para que o sistema seja completamente implementado, **todas as bacias** devem estar em possibilidade de funcionamento. Ocorre que, ante tal determinação, as demais bacias ficam impedidas de ser implementadas, **o que inviabiliza todo o sistema.**

Em outro dizer, todo o novo programa de transporte gestacionado pelo Distrito Federal restará paralisado, uma vez que adotou-se o **sistema tronco-alimentador**, segundo o qual cada uma das bacias alimenta tronco-alimentadores que cortam geograficamente todo o Distrito Federal. Sem a alimentação desse sistema por duas bacias, **o transporte público sofrerá um apagão** nas áreas atendidas pelos contratos suspensos pela decisão liminar.

**Com efeito, a paralisação da execução dos contratos no estágio em que se encontram trará uma grave lesão à ordem pública, pois impede a atuação regular Administração Pública sem causa legítima.**

A jurisprudência do Excelso Pretório tem acolhido, para fixar o que se deve entender por ordem pública no pedido de suspensão, o entendimento formado ainda no âmbito do extinto Tribunal Federal de Recursos, a partir do julgamento do *leading case* (SS nº 4.405/SP) relatado pelo então Presidente daquela Corte, Min. Néri da Silveira:





*"Quando na Lei nº 4.348/64, art. 4º, se faz menção à ameaça de lesão à ordem, tenho entendido que não se compreende, aí, apenas a ordem pública, enquanto esta se dimensiona em termos de segurança interna, porque explicitamente de lesão à segurança, por igual, cogita o artigo 4º, da Lei 4.348/64. Se a liminar pode constituir ameaça de grave lesão à ordem estabelecida para a ação da Administração Pública, por força da lei, nas suas múltiplas manifestações, cabe ser suspensa sua eficácia pelo Presidente do Tribunal. Não pode, em verdade, o juiz decidir contra a lei. Se esta prevê determinada forma para a prática do ato administrativo, não há o juiz, contra a disposição normativa, de coarctar a ação do Poder Executivo, sem causa legítima. Fazendo-o, atenta contra a ordem estabelecida, em lei, para os atos da Administração". (grifou-se)*

Assim, inserto no conceito de ordem pública está o de ordem administrativa em geral, concebida esta como a **normal execução de serviços públicos, o regular andamento das obras públicas, o devido exercício das funções da Administração pelas autoridades constituídas.**

Como se vê no trecho do voto reproduzido acima, o Estado-juíz não pode pretender fazer as vezes de Estado-administração, **decidindo contra legem**. Se assim fizer, este ato judicial traduzirá ofensa à ordem pública.

Por certo, o princípio da legalidade, que autoriza a suspensão de decisões judiciais que dele destoam, deve ser o mais abrangente possível, para o fim de contemplar eventuais vulnerações à própria Carta da República. Nem poderia ser de outra forma, uma vez que a Constituição não deixa de ser uma lei, emanada dos representantes populares eleitos pelo povo. Aliás, possui especial condição: é lei suprema (princípio da supremacia constitucional), exigindo ser observada por toda a nação, incluindo os Poderes constituídos, em face do modelo de Constituição rígida.

Logo, a medida de **contracautela** buscada temporariamente objetiva sustar a eficácia de decisão que afronta não só disposições legais, mas



também desrespeita a ordem público-administrativa traçada pelo constituinte derivado e pelos dogmas estruturantes do Estado de Direito.

### **3.4 DA GRAVE LESÃO À ECONOMIA PÚBLICA**

Não obstante a decisão recorrida acarretar grave lesão à ordem pública administrativa, ela tem o condão de também causar grave lesão à economia pública. Explica-se

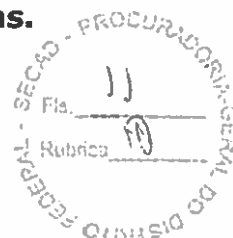
A decisão causa ainda lesão à ordem econômica local na medida em que se trata de uma licitação que envolve a aplicação de vultosos recursos e pretende uma reforma completa no atual notoriamente deficiente sistema de transporte rodoviário de passageiros do Distrito Federal, o que **envolve bilhões de reais em investimentos**.

Para se ter uma ideia do vulto que o procedimento licitatório poderá atingir, se considerado o prazo de vigência do contrato de concessão, que é de 10 (dez) anos, a prestação do serviço poderá trazer de retorno para os licitantes, a título de faturamento, **quantia superior a 150 bilhões de reais**.

Além disso, há, de fato, enorme **expectativa de toda a sociedade** local que deseja urgente melhoria no transporte público local. O setor está mobilizado para participar da Concorrência e a suspensão dos Efeitos do Edital pode desmotivar a participação de grupos empresariais interessados em operar na Capital do País.

Além disso, as empresas objeto de extirpação do certame pelo Juízo recorrido **já fizeram pesados investimentos** com a aquisição de garagens e, principalmente, ônibus 0km para que pudessem ter início a operação no sistema. Estima-se que as **empresas juntas tenham adquirido**, diretamente ou via financiamento, **quase mil ônibus**.

**A Viação Pioneira, inclusive, já está operando com quase que totalidade da sua frota na seguinte região: saída sul, São Sebastião, Paranoá, Itapoã, Gama, Santa Maria e adjacências.**



Veja, Excelência, que, se tais empresas forem realmente execradas do certame, restando impedidas de operar no sistema, certamente pleitearam do Distrito Federal indenizações milionárias para compensar os danos sofridos com as aquisições dos citados bens.

Sob essa ótica, caso se confirme a decisão, serão os contribuintes do Distrito Federal e a sua população em geral que irão arcar com tal ônus. É inegável, assim, que, também por esse motivo, a decisão recorrida poderá causar **grave lesão à economia pública local**.

**Nesta perspectiva, resta então também ferida a ordem econômica, pelas nefastas repercussões geradas pela decisão interlocutória ilegal e sem motivo legítimo para tanto.**

### **3.5 DAS DEMAIS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DECISÃO**

Embora o escopo deste petitório não seja o aspecto legal da decisão, a título informativo, calha tecer considerações acerca da argumentação expendida no *decisum* para embasar o comando decisório.

#### **3.5.1. Da legalidade na contratação do Advogado Sacha Reck**

Quase que a totalidade da decisão recorrida pautou-se em matéria de jornais. Todas elas divulgadas por um único veículo: o Jornal de Brasília. Em tais matérias jornalísticas constam informações segundo as quais o Advogado Sacha Reck teria atuado na confecção do edital e prestado assessoramento técnico durante a fase externa da licitação. Além disso, consta também das reportagens que o referido advogado patrocinou causas, em momento pretérito, em favor das empresas Viação Piracicabana Ltda. e Auto Viação Marechal Ltda.

Ocorre que nenhuma dessas assertivas se sustentam quando confrontadas com a realidade dos fatos. Vejamos:



### **3.5.1.1 Como se deu a contratação do Advogado Sacha Reck**

Como é sabido, o procedimento licitatório é dividido em duas grandes fases, a saber: fase interna e fase externa. De forma simplória, a fase interna comporta todos os atos e estudos voltados à montagem do instrumento convocatório. Ao passo que a fase externa tem início com a publicação do referido instrumento.

O que essa rápida conceituação importa para o caso dos autos é que o advogado Sacha Reck foi contratado por meio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para prestar consultoria técnica junto à Secretaria de Estado de Transportes tanto na fase interna quanto na fase externa do procedimento licitatório.

A formação do vínculo se deu por meio de diversos contratos, todos eles formalizados de acordo com as regras do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a saber:

O nascedouro da relação do Distrito Federal com o BID se deu com a formalização do **Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR (Anexo 3)**, assinado em 30 de janeiro de 2008, quando da gestão do então Governador José Roberto Arruda. Uma das condições impostas pelo BID para que o valor do empréstimo pudesse ser liberado, dentre inúmeras outras, foi a **renovação da frota de ônibus do Distrito Federal** (vide cláusula 4.07, "b", do contrato citado).

Para implementar as obrigações assumidas pelo Distrito Federal quando da formalização do referido contrato de empréstimo, sobretudo no que se refere à implantação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PTU/DF), foram firmadas duas novas avenças com a intervenção do BID, quais sejam: o **Contrato de Serviços de Consultoria n.º 025/2008-ST (Anexo 4)** e o **Convênio de Cooperação Técnica (Anexo 5)**.

O **Contrato de Serviços de Consultoria n.º 025/2008-ST** foi celebrado em 4 de dezembro de 2008 entre o Distrito Federal (Secretaria de Estado de Transportes) e a empresa Logos Engenharia S.A. (posteriormente

sucedida pela empresa Arcadis Logos S.A.), cujo objeto era a prestação de **serviço de apoio ao gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal**. Tal contrato foi celebrado em total observância às regras impostas pelo BID no Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR.

A seu turno, o **Convênio de Cooperação Técnica** foi celebrado em 10 de março de 2009 entre o BID e o Distrito Federal e o seu objeto consistia no fornecimento, pelo BID, de **apoio à implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PTU/DF) de forma gratuita**.

Como corolário do **Convênio de Cooperação Técnica** e cumprindo o seu compromisso de apoiar a implementação do PTU/DF, em 1º de junho de 2010, o BID e o Consórcio Logit Engenharia Consultiva Ltda. e Logitrans Logística Engenharia e Transportes Ltda. (Consórcio Logit/Logitrans) celebraram o **Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR (Anexo 6)**. O **objeto** deste contrato era a elaboração de estudos e pesquisas tendentes a **proceder à modelagem do edital** que deveria deflagrar o processo licitatório voltado à contratação de concessionários do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal.

É a partir deste Contrato que o advogado Sacha Reck inicia o seu vínculo com o Distrito Federal, pois o Consórcio Logit/Logitrans apresenta, dentre os seus consultores, a pessoa do Sacha Reck (**Anexo 6 – proposta financeira**) como consultor jurídico. Destaque-se que o objetivo principal da contratação do Consórcio Logit/Logitrans era a confecção do edital da licitação.

O citado contrato sofreu alteração do seu plano de trabalho em outubro de 2011 (**Anexo 7**) para estender o prestação de serviço do Consórcio até 29 de junho de 2012.

Ultrapassada essa data, o Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR foi extinto.

Ocorre que, em pese tenha havido a extinção do referido Contrato de Serviços de Consultoria, a Secretaria de Transportes ainda necessitava de assessoramento técnico, uma vez que, na data da extinção do referido contrato, a licitação ainda não havia encerrado e a Comissão de Licitante

ainda necessitava de informações técnicas para o desenvolvimento regular do certame.

Em razão disso, a empresa **Arcadis Logos S/A** que, lembre-se, possuía vínculo jurídico com o Distrito Federal por meio do **Contrato de Serviços de Consultoria n.º 025/2008-ST**, passou a contratar subconsultores (nomenclatura utilizada pelo BID para designar a subcontratação de consultores) para o assessoramento daquela Secretaria ao longo do processo licitatório. Tal contratação é e era regularmente permitida por meio da cláusula 3.7, "b", *in verbis*:

*"3.7 A Empresa Consultora deverá obter por escrito aprovação prévia do Contratante antes de realizar qualquer das seguintes ações:*

*[...]*

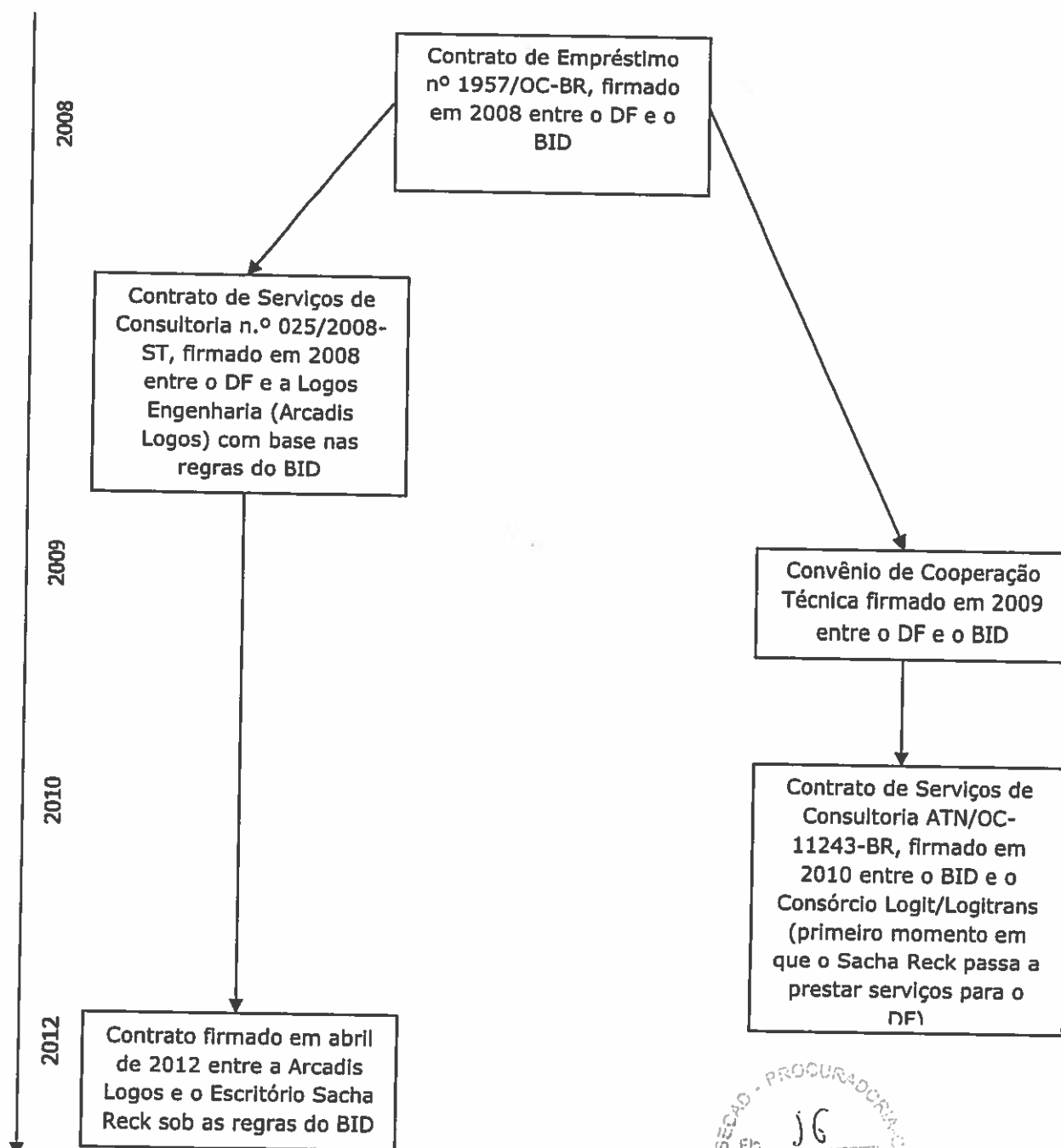
*(b) Subcontratos: a Empresa Consultora poderá subcontratar serviços relacionados à prestação dos Serviços até certo ponto e com os especialistas e entidades que tenham sido previamente aprovados pelo Contratante; apesar desta aprovação, a Empresa Consultora tem a responsabilidade total pela prestação dos Serviços: se o Contratante considerar um Subconsultor incompetente ou incapaz de desempenhar as tarefas atribuídas, o Contratante poderá solicitar à Empresa Consultora que contrate um substituto com qualificações e experiência aceitável ao Contratante ou que retome a prestação dos Serviços."*

Dentre os subconsultores contratados, a **Arcadis Logos S/A** contratou o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, do qual este último é sócio, para a prestação do serviço de assessoramento técnico-jurídico à Comissão de Licitação, tal como faz prova o contrato entre a Arcadis Logos S/A e o citado escritório em anexo (**Anexo 8**). E, com isso, o advogado Sacha Reck passou a atuar também na fase externa da licitação.

Feita tal digressão, é de se constatar que a atuação do advogado Sacha Reck junto à Secretaria de Estado de Transportes, sobretudo

perante a Comissão Especial de Licitação do Edital de Concorrência nº 01/2011-ST, não possui qualquer mácula, uma vez que o vínculo formado com o Distrito Federal se deu sempre sob a intervenção do BID e de forma absolutamente regular.

A representação gráfica abaixo ajudará a esclarecer a sequência de fatos narrados acima:



### 3.5.1.2 Patrocínio de causas para empresas do grupo

Outra linha argumentativa desenvolvida pela associação autora foi o fato de que, segundo ela, o Sr. Sacha Reck já haver patrocinado causa em favor da empresa Auto Viação Marechal Ltda. e de empresa do mesmo Grupo Econômico da Viação Piracicabana Ltda. e da Viação Pioneira.

Sobre o tema devem ser destacados dois pontos fundamentais:

(i) seria faticamente impossível exigir do Distrito Federal o conhecimento prévio do patrocínio de causas pelo advogado Sacha Reck; (ii) ainda que tivesse ocorrido tal patrocínio de causas, este fato, por si só, não teria o condão de macular o certame.

Como dito, seria impossível exigir do Distrito Federal o exame de todas as causas patrocinadas pelo referido advogado a fim de identificar se já houvera advogado em favor das empresas que participariam da licitação. Tal exigência foge às diligências normais e cotidianas para que seja feita uma boa contratação.

Ademais, ainda que se identificasse tal situação, o fato de o advogado Sacha Reck já ter patrocinado causas pretéritas para as citadas empresas não significa, por si só, que tenha direcionado o certame para os seus antigos clientes, até mesmo porque a sua atuação durante o procedimento licitatório limitava-se a esclarecer os questionamentos formulados pela Comissão de Licitação na seara que lhe competia.

Além disso, **o critério adotado pela licitação foi o tipo menor preço (menor tarifa)**, o que quer dizer é que somente seria vitoriosa a empresa que apresentasse a tarifa mais baixa. Ou seja, não se exigiu demonstração de qualidade técnica, circunstância que poderia levantar suspeita acerca dos critérios de avaliação das técnicas apresentadas pelas empresas, mas não foi isso que aconteceu.

Com efeito, o fato de ter sido adotado o tipo menor preço repele qualquer argumentação no sentido de que o advogado Sacha Reck interferira nas decisões da Comissão Especial de Licitação, uma vez que o julgamento era



objetivo: quem oferecesse o menor preço (tarifa) sagrar-se-ia vitorioso na licitação.

Nessa medida, não merece prosperar o argumento que consta da alegação da associação autora no sentido de que teria havido direcionamento da licitação para as empresas Viação Piracicabana Ltda., Auto Viação Marechal Ltda. e Viação Pioneira Ltda. em virtude de o advogado Sacha Reck supostamente já ter patrocinado causas em favor delas.

### **3.5.1.3 Da inexistência de Grupo Econômico nos termos do Edital de Concorrência nº 01/2011-ST.**

Outro argumento em que se pautou a associação autora foi o fato de que teria havido existência de Grupo Econômico em relação às empresas Viação Pioneira e Viação Piracicabana, o que é vedado pelo Edital aqui citado.

Ocorre que, nos termos do Edital, não se caracterizou a formação de Grupo Econômico, tal como quer fazer crer a associação autora. Vejamos:

É que, **para os fins do Edital citado**, haveria grupo econômico somente se os licitantes tivessem *"controle societário e/ou administradores comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em quaisquer dos lotes dessa licitação"*.

Isso é o que observa da análise dos itens editalícios 4.3, 16.1.2, alínea "g" e 16.1.7 (vide edital em anexo – **Anexo 2**):

**4.3 -** A licitação será processada por meio dos lotes remanescentes de nº 1, 3 e 4, considerando que os lotes de nº 2 e 5 já foram adjudicados em certame anterior. As **LICITANTES** poderão apresentar proposta para quantos lotes lhes interessar, estando a adjudicação limitada a apenas um lote por **LICITANTE**, conforme a ordem de julgamento definida no presente Edital.

[...]



16.1.2 - Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:

[...]

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores, comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação;

[...]

16.1.7 - As **LICITANTES** poderão apresentar proposta para todos e quaisquer lotes que lhes interessarem, estando, no entanto, a adjudicação limitada a apenas um lote, conforme a ordem de julgamento definida no presente **EDITAL**.

A partir da análise dos contratos sociais das empresas Viação Pioneira e Viação Piracicabana (cópias anexas - **Anexo 2**), **não se verifica que tais empresas possuam controle societário ou administradores comuns.**

Ao contrário do que afirma o autor na exordial, as citadas empresas são integradas por sócios e administradores distintos, ou seja, inexistente controle societário ou administradores comuns.

O fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade e uma terceira empresa, totalmente independente, que **não participou da licitação**, não as torna grupo econômico, notadamente para os fins do Edital de Licitação sob análise, segundo o qual a interdependência entre proponentes vedada no certame decorreria da existência de controle societário ou administradores comuns entre as empresas **licitantes**, o que não é o caso.

Um exemplo prático ajudará a ilustrar o caso: é corriqueiro que vários sócios de empresas licitantes, eventualmente, sejam acionistas simples investidores de uma terceira empresa. É o que ocorre, por exemplo, se estivermos diante de acionistas investidores de companhias abertas, como é o caso da Petrobras, Eletrobras e outras empresas que possuem as suas ações comercializadas no mercado de ações. Tal fato, entretanto, não configura grupo

econômico para os fins do presente certame licitatório.

Além disso, deve ser destacado que a Comissão de Licitação não pode transbordar dos limites estabelecidos no edital, restando vedado para ela exigir dos concorrentes documentos e informações além do que especifica o instrumento convocatório, tal como almeja o autor popular. Pensar de modo diverso estar-se-ia no sentido contrário aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 3º da Lei 8.666/93).

Por fim, para por uma pá cal de assunto, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado sobre no sentido de que a existência de grupo econômico sequer se verifica unicamente em parcas coincidências de quadro societários (muito menos quando se tratam de pessoas físicas sócias de outras pessoas jurídicas, que por sua vez são sócias de uma terceira empresa), devendo haver efetiva preponderância de uma empresa sobre a outra:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE BEM NÃO PERTENCENTE À EMPRESA EXECUTADA. GRUPO ECONÔMICO NÃO-CARACTERIZADO. DISSENSO JURISPRUDENCIAL. PARADIGMA ORIUNDO DA JUSTIÇA OBREIRA. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

3. Irrefutável a exegese conferida pelo TRF/4ª Região à regra do § 2º, art. 2º, da CLT, no sentido de que **"o simples controle acionário de várias empresas por uma ou mais pessoas físicas não é suficiente para a caracterização do grupo econômico - que pressupõe a existência de uma empresa principal e outras subordinadas -, para efeito de configurar a solidariedade passiva"**. A redação do citado dispositivo é clara ao exigir, para a configuração do grupo econômico a existência de uma ou mais empresas que estejam sob a direção, controle ou administração de outra empresa principal.

Assim, não tem qualquer relevância jurídica o fato de o

responsável pela executada CN EDITORA DE JORNAIS figurar também no quadro societário da recorrida BIMARK GRÁFICA E EDITORA LTDA.

4. Recurso especial conhecido apenas pela alínea "a" do permissivo e, nesta parte, não-provido.

(REsp 824667/PR, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/08/2006, DJ 11/09/2006, p. 230) - **negritos nossos.**

Nessa perspectiva, em atenção aos princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, afigura-se imprópria a declaração de incapacidade das empresas rés por suposta violação à alínea "g" do item 16.1.2 do Edital nº 01/2011-ST, devendo ser julgado improcedente o pedido.

#### 4. **DO PEDIDO**

Diante do exposto, demonstrada a **necessidade de suspensão** dos efeitos da decisão interlocutória que cria óbice à execução dos contratos oriundos do procedimento licitatório inaugurado pelo Edital de Concorrência Pública n.º 01/2011 - ST, a fim de evitar **grave lesão à ordem pública** na sua feição ordem administrativa e ainda para preservar a **ordem econômica local**, bem como ante a **flagrante ilegitimidade da decisão impugnada**, requer o Distrito Federal que Vossa Excelência defira o presente pleito para **sustar os efeitos da decisão interlocutória** proferida nos autos da **Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2**, em tramitação na 2ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal.

Com o deferimento do Pedido de Suspensão de Segurança, o Distrito Federal pede vênias para que esta Egrégia Presidência consigne expressamente em Vossa decisão que a **decisão vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva a ser proferida nos autos de onde emanou a**



**decisão ora hostilizada, aplicando-se, assim, analogicamente a Súmula 626 do Supremo Tribunal Federal<sup>2</sup>.**

Requer, por fim, que todas as publicações relativas ao feito sejam feitas em do Procurador do Distrito Federal Edvaldo Costa Barreto Júnior.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 4 de outubro de 2013.

**PAOLA AIRES CORREA LIMA**

**PROCURADORA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

**OAB/DF 13.907**

**LUCIANO ARAÚJO DE CASTRO**

**PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL**

**OAB/DF 29.194**

**EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR**

**PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL**

**OAB/DF Nº 29.190**



---

<sup>2</sup> Súmula 626, STF: A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.

# Superior Tribunal de Justiça

**MEDIDA CAUTELAR Nº 22.083 - DF (2013/0404879-5)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**REQUERENTE : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA ECOLOGIA, CIDADANIA E DO CONSUMIDOR - ABRADDEC**  
**ADVOGADO : DENIS JONES DOS SANTOS BASTOS SARAUSA**  
**REQUERIDO : DISTRITO FEDERAL**

## DECISÃO

Trata-se de medida cautelar, com pedido liminar, ajuizada pela Associação Brasileira de Defesa da Ecologia, Cidadania e do Consumidor - ABRADDEC, com o objetivo de imprimir efeito suspensivo a recurso especial ainda não submetido ao juízo de admissibilidade na origem, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

*PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMINAR. SUSPENSÃO DE LIMINAR MANEJADA. AGRAVO REGIMENTAL. GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICA. PRESENÇA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A SUSPENSÃO DA LIMINAR DEFERIDA. PREVALÊNCIA DA PROTEÇÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO DESPROVIDO.*

*I- Não cabe, na sede estrita de suspensão de liminar, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se tão-somente à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve, pois, ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até final deslinde da demanda, desde que contemplada a supremacia do interesse público, com o escopo de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.*

*II - A suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida nos autos da ação civil pública preserva a ordem e a economia pública, na medida em que impede a paralisação de grande parte do serviço de transporte público no Distrito Federal.*

*III - Presentes tais requisitos, é de se deferir a suspensão de liminar concedida no bojo de ação popular.*

*III - Agravo regimental desprovido. Unânime.*

A parte recorrente sustenta, em síntese, que "não há elementos para a suspensão da liminar" (fl. 19) ratificada pelo acórdão objeto do apelo especial, valendo-se dos seguintes argumentos:

(1) "Em uma simples leitura dos fundamentos meritórios apresentados pelo

26

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Exmo. Presidente desta Egrégia Corte, se constata, na realidade, é que não é a decisão caçada pelo Exmo. Presidente do Tribunal de Justiça do DF que está causando grave lesão à população, mas sim, a própria decisão aqui ora hostilizada, posto que está privilegiando um cenário de fraude dantesco já constatada pelo MP, cujo objetivo é superfatur[ar] contratos com o poder público, às custas da população que, desprotegida, nada consegue fazer, postura política essa (em ano político), que não pode ser aceita pelo Respeitável Poder Judiciário" (sic, fl. 11);*

*(II) "O serviço de Transporte Público do Distrito Federal e Território está sendo prestado! Não se trata de um serviço de ponta, mas, por outro lado, também não se enquadra como um serviço 'precário', com veículos em 'estado crítico de conservação' e apresentando 'risco diuturno à segurança de seus usuários'" (sic, fl. 15);*

*(III) o acórdão objeto do recurso especial "possibilita a execução de contratos fraudulentos" (sic, fl. 15);*

*(IV) "se o custo do serviço, tanto para o estado quanto para o seu cidadão não fossem relevantes, colocando-se em análise apenas a eficiência e segurança do serviço, como assim bem coloca o Douto Desembargador em sua decisão, não seria então necessária a realização de licitações e concorrências públicas" (sic, fl. 16);*

*(V) a decisão que deferiu a medida liminar na ação civil pública não causa lesão à economia pública, mas se restringiu a sinalizar a existência de fraudes na licitação do sistema de transporte de passageiros do Distrito Federal (fl. 17);*

*(VI) a existência de um "esquema para beneficiar empresas particulares na licitação" restou demonstrada (sic, fl. 19);*

*(VII) tendo em conta a existência de indícios de "superfaturamento", o Ministério Público de Contas do Distrito Federal representou pela anulação da licitação objeto da ação civil pública (fl. 19);*

*(VIII) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios "já proferiu diversos pareceres no sentido de se anular e suspender os contratos da referida licitação" (sic, fls. 20); e*

*(IX) caso mantida a decisão de primeira instância concessiva da liminar na ação civil pública, não haverá paralisação do serviço de transporte, ao contrário do que*

# Superior Tribunal de Justiça

assentou o Tribunal de origem.

Nesse rumo de ideias, o requerente afirma que está presente o *fumus boni iuris*, pois o aresto impugnado violou o art. 4º da Lei nº 8.437/92. Aduz que há, também, *periculum in mora*, dado que as empresas vencedoras do certame passarão a prestar o serviço de transporte, "conforme programado para o dia 07/12/2013, de acordo com publicação do DODF nº 230, de 05/11/2013" (fl. 24). Daí requerer "seja deferida a liminar para que se conceda o efeito suspensivo ativo ao recurso especial, determinando a suspensão da decisão agravada (2013.00.2.024163-0 SSG), que determinou a suspensão da decisão proferida na ação civil pública já referida" (sic, fl. 25)

É o relatório.

Inicialmente, ressalte-se que, nos termos da jurisprudência desta Corte, a concessão de provimentos de natureza cautelar para conferir efeito suspensivo (ou suspensivo ativo) a recursos exige a comprovação de três requisitos, a saber: (I) viabilidade do recurso; (II) plausibilidade jurídica da pretensão invocada; e (III) urgência do provimento (AgRg na MC 15.902/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 1º/10/2009).

Pois bem, neste exame prefacial, próprio das medidas de natureza cautelar, o recurso ao qual se busca atribuir efeito suspensivo ativo, ao menos em aparência, não se mostra viável.

Com efeito, em regra, não é cabível recurso especial contra decisões proferidas no âmbito de pedidos de suspensão de segurança, ante a natureza eminentemente política do juízo que é emitido nessa modalidade de procedimento. É certo, todavia, que esse "entendimento não é aplicado quando na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança há nítida feição judicial, e não política ou administrativa, em que pese o objeto envolver conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia". Confira-se, a propósito, a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o pedido de suspensão ostenta juízo político.



# Superior Tribunal de Justiça

2. "Ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

3. De acordo com recente julgado, tal entendimento não é aplicado quando na atividade exercida no julgamento do pedido de suspensão de segurança há nítida feição judicial, e não política ou administrativa, em que pese o objeto envolver a análise de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia. Precedente: AgRg no REsp 1284520/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 08/03/2013.

4. No presente caso, não convém excepcionar a regra, porquanto o juízo realizado para conceder a Suspensão foi meramente político e não técnico-jurídico.

5. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.379.717/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/9/2013, DJe 2/10/2013)

Ora, no presente caso, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, aparentemente, limitou-se a realizar juízo político acerca da manutenção ou não da decisão concessiva da liminar na ação civil pública. Aliás, a leitura do aresto permite concluir que a Corte de origem, inclusive, assentou a impossibilidade de apreciação, em suspensão de segurança, de matérias fáticas alusivas ao mérito da causa principal. Leiam-se, a propósito, os seguintes trechos do voto condutor do acórdão (fls. 60/63):

[...]

Como restou consignado no relatório, a ABRADDEC pretende ver reconhecidas, definitivamente, nesta sede estreita de suspensão de segurança, todas as irregularidades supostamente existentes no certame. Para tanto, traz à baila jurisprudência oriunda da Suprema Corte datada de 1996.

Todavia, em que pese o esforço engendrado nesse particular, o posicionamento emanado do aresto colacionado encontra-se, há muito, superado pela própria jurisprudência do Pretório Excelso, que, em iterativos julgados e em sentido diametralmente oposto, tem afirmado não ser permitido, na via estreita da suspensão de segurança, a incursão nas matérias fáticas de fundo envolvidas na

# Superior Tribunal de Justiça

lide principal.

[...]

Ademais, a decisão agravada está assentada na possibilidade de ocorrência de dano à ordem e à economia públicas, devidamente demonstrada na peça inaugural do pedido de suspensão.

No tocante à questão de ordem pública, o Distrito Federal afirmou que as empresas Viação Marechal, Viação Piracicabana e Viação Pioneira encontravam-se em plena operação no serviço de transporte público e, caso fosse mantida a liminar, a suspensão das bacias 1, 2 e 4 poderia inviabilizar o funcionamento de todo o sistema de transporte público no Distrito Federal, uma vez que todas as bacias seriam interligadas.

[...]

Como se pode verificar, grande parte do Distrito Federal, representada pelas bacias 1, 2 e 4, ficaria sem transporte público, caso as empresas acima mencionadas fossem impedidas de prosseguir com suas atividades, conforme restou determinado na liminar objeto da presente suspensão.

O frágil argumento de eventual indenização às referidas empresas, no caso de decisão final anulando a licitação, não pode servir de fundamento para impedir o regular andamento do processo de modernização do Transporte Público do Distrito Federal, instaurado inclusive por determinação emanada de Ação Civil Pública proposta pelo MPDFT. A temida indenização por supostas irregularidades é um risco que a Administração Pública corre em qualquer contrato administrativo, devendo, para isso, ser apurada eventual responsabilidade com base no ordenamento jurídico pátrio.

Aliás, em contraposição a essa particularidade suscitada no agravo, a suspensão de segurança restou deferida exatamente com vistas à preservação da ordem econômica, ameaçada concretamente pela suspensão dos contratos administrativos, pois as empresas aliadas do certame pela liminar já teriam realizado vultosos investimentos na aquisição de ônibus novos e na construção de garagens, investimentos estes que não podem ficar paralisados aguardando o desfecho da ação originária. Este fato, por si só, é que poderia concretamente dar ensejo a um pedido de indenização por parte das contratadas, caso fossem julgados procedentes os pedidos formulados na ação principal.

[...]

A temida indenização visualizada pela agravante, no caso de reconhecimento de irregularidades no certame, não poderia sequer, por força do disposto no artigo 59, parágrafo único, in fine, da Lei 8.666/93, ser pleiteada pelas empresas que porventura viessem a dar causa à anulação da licitação, conforme se sustenta com as alegações de envolvimento do escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves e Sacha Reck com a Administração Pública e a empresa Viação Marechal e de existência de grupo econômico formado pelas empresas Viação Piracicabana e Viação Pioneira.



# *Superior Tribunal de Justiça*

[...]

Ante o exposto, com base no art. 34, XVIII, do RISTJ, **nego seguimento** à medida cautelar, restando prejudicado o exame do pedido de concessão de medida liminar.

Arquivem-se os autos, oportunamente.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de dezembro de 2013.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

